

A Psicologia no Brasil: Primeiros Momentos¹

Ana Maria Jacó-Vilela
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do papel do estudo histórico na psicologia e revisar o percurso das idéias psicológicas do século XIX ao princípio do século XX. Traça, assim, a aparente substituição, conforme vão ocorrendo modificações nas condições do país, do discurso religioso sobre a alma pelo recém-chegado discurso médico-científico e mostra a permanência daquele discurso ainda nas primeiras décadas do nosso século.

Palavras-chave: história da psicologia, discurso da alma, discurso médico-científico.

Psychology in Brazil: Early Developments

Abstract

This paper has aimed at reflecting on the role of historical studies in psychology, reviewing the development of major psychological ideas from the nineteenth century to the early twentieth century. The paper has analyses the apparent replacement of the religious discourse for a scientific medical discourse due to political and economic changes in Brazil and has shown that the religious discourse still prevailed in the first decades of the 20th century.

Key words: history of Psychology - spiritual discourse - scientific and medical discourse.

A idéia de progresso, de uma contínua evolução de nossos conhecimentos, faz com que se instale o desinteresse pelo passado, visto como um momento de atraso, de dificuldades e lacunas que teriam sido quase naturalmente resolvidas e/ou preenchidas. Corremos assim o risco de nos deslumbrarmos com “novidades” que muitas vezes nada mais são que repetição de iniciativas já experimentadas anteriormente. E, por não as conhecermos, não sabemos dos jogos de forças de que participaram, em que venceram e em que também perderam. Conhecer o passado

nos possibilita não só nos apropriarmos dessas experiências como, analisando tais jogos, compreendermos e nos prepararmos melhor para os de nosso próprio tempo.

Entendendo a história não apenas como uma série de fatos passados, mas como algo em contínua construção – por se referir a uma sociedade sempre em movimento – como ação da memória que busca, ao conhecer o passado, entender o presente e iluminar o futuro, o presente trabalho se insere em uma investigação acerca da construção dos saberes e

1. Trabalho apresentado no *Curso História da psicologia no Brasil* na XXIX Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, Campinas – SP, outubro de 1999, juntamente com a professora Mitsuko Antunes.

Endereço para correspondência: Rua Dona Mariana, 72/508 – Botafogo – CEP: 22.280-020 – Rio de Janeiro – RJ.

Fone/ fax (21) 535-2950 ou 587-7903 – e-mail: amjaco@uol.com.br

Agradecimentos aos bolsistas: Antônio Carlos de Almeida, Gabriela Salomão Alves Pinho, Ana Paula Mello Bitar, Luciana Ferreira Barcellos, Cristiane Ferreira Esch e Daniela Albrecht Marques Coelho Ganitano.

Apoio financeiro UERJ, FAPERJ e CNPq.

práticas psicológicas no Brasil. Uma indagação costumeiramente feita a quem se dedica a estudar a história de uma disciplina – no caso, a Psicologia – refere-se ao objetivo desse estudo: por que estudar história? Com tantas dificuldades e problemas nos dias de hoje, é freqüente a investigação histórica ser compreendida como uma perda de tempo ou, no máximo, de positividade, enquanto uma busca de erudição *per se*, nada que configure uma prática.

Para nós, investigar a história da Psicologia permite proceder à desnaturalização de nossos atuais saberes e práticas. Estes não são a resultante de uma evolução ininterrupta em direção a um perfeito conhecimento científico, um desenvolvimento em singela linha reta. Antes, referem-se a alternativas que, em determinados momentos, foram escolhidas, vencendo a batalha nos jogos de forças e tendências diversas que caracterizam a constituição da ciência. Encontrar o ignorado, o encoberto, então, nos permite verificar as condições de possibilidade do surgimento ou consolidação do saber – e também, se quisermos correr os “riscos da história-ficção” (Stengers, 1990, p. 75), pensar o que poderia ter sido e não foi.

Construir uma narrativa, portanto, implica o sentido da descoberta de lutas, de jogos em que há vencidos e vencedores². Implica também um trabalho árduo com a memória que, se pode ser invocada para subverter as afirmações da história oficial, pode igualmente ser moldada por nossas imagens do passado (Frisch, Thompson e Hamilton, 1996).

Mais árduo e, certamente, um dos aspectos mais fascinantes da investigação histórica é a sua imprevisibilidade. Imprevisibilidade que se apresenta aos olhos de hoje através de encontros impensáveis, de coincidências despropositadas, enfim, de descobertas que nos vão apontando acontecimentos e dirigindo a caminhos (métodos?) que não se descortinavam a

princípio. E, sobretudo, que nos mostra, a cada momento, estar ali presente, naquilo que buscamos reconstruir, a ação humana: por ser decorrente de outras ações humanas, tem o caráter de imprevisibilidade e de irreversibilidade, na bela análise de Hannah Arendt (1991).

Por outro lado, uma exigência da pesquisa histórica é atentar à especificidade do objeto de estudo. Assim, se nos propomos a investigar a história da psicologia no Brasil, é importante conhecer... história do Brasil. Por quê?

Entendemos que a perspectiva de possibilidade de construção de uma história universal da ciência pressupõe que nela estarão presentes evolução, coerência, continuidade, progresso. Tal qual o “fato social” de Durkheim, os conceitos são assim transformados em fatos, datados, com paternidade estabelecida. A narrativa histórica então pode ser considerada – e muitas vezes o é – como um “jornalismo retrospectivo”, na expressão de Châtelet (1974, p. 211), em que se destacam os grandes personagens (os nossos pensadores, os investigadores) e seus feitos (suas construções teóricas, suas descobertas empíricas), tudo apresentado através de uma cronologia que se encarrega de explicitar a existência de uma coerência, uma continuidade significativa e tranquilizadora; ao mesmo tempo que garante o preenchimento de “vazios”, atesta a inexistência de lacunas.

Pela própria idéia de imprevisibilidade que apresentamos acima, entendemos que na constituição dos diferentes saberes – inclusive do saber científico – diversas linhas se cruzam, provocam irrupções e acontecimentos. Se, neste sentido, a abordagem internalista³ da ciência não é suficiente para a construção da narrativa histórica, julgamos que nem tampouco o é uma abordagem externalista, no sentido da pressuposição da existência de uma

2. Thomae (1998) faz uma extensa descrição das produções do laboratório do Instituto de Leipzig após a morte de Wundt, apontando, entre os motivos do desconhecimento desta produção, o “controle social da rede de comunicações na ciência” (p. 383).

3. Alguns estudiosos da epistemologia, como Canguilhem, Khun e outros, distinguem entre uma abordagem “internalista” – isto é, a evolução de conceitos e teorias, uma análise interna do desenvolvimento da ciência – e outra, “externalista”, que entende que os saberes e práticas se constituem em relação a determinadas condições culturais, econômicas, sociais (Penna, 1980).

determinação causal, linear, de uma compreensão do desenvolvimento do saber científico como exclusivamente determinado pelas condições “externas” a ele, condições presentes no campo social. Ressalte-se que, por implicação lógica, nesta perspectiva o saber científico não teria nunca o estatuto de verdade, sendo sua constituição meramente decorrente do que não o compõe.

Sendo assim, no cotidiano da investigação, é possível que, a cada momento, estejamos sendo mais “internalistas” ou mais “externalistas”, de acordo com as necessidades que se nos apresentam, sem, contudo, permitir que algum lado desta dicotomia assuma a direção geral da análise, prejudicando nossa percepção de que, na constituição e desenvolvimento dos saberes, estão presentes forças internas a estes e dispositivos externos a que aquelas se aliam, ou das quais se afastam.

Esta digressão pelas chamadas abordagens internalista e externalista de ciência atende ao objetivo de esclarecer por que é necessário o conhecimento de história do Brasil para melhor realizarmos o estudo da história da Psicologia entre nós. De qualquer forma, é importante lembrarmos que, mesmo sem especificarmos que se trata da Psicologia “no Brasil”, o estudo da história desta disciplina inevitavelmente descortina complexidades, uma das quais se concretiza em expressão comumente utilizada: a Psicologia tem um “longo passado e uma curta história”. Ou seja, por um lado podemos remontar a gênese da Psicologia a qualquer momento do passado que desejemos, desde que nele exista algum entendimento sobre o ser humano e seu funcionamento – onde existam “idéias psicológicas”, podemos dizer que existia “uma psicologia”. Entretanto, muitas vezes tal Psicologia encontrava-se lá envolta por saberes que, naquele momento, possuíam caráter englobante – principalmente, sem dúvida, a Filosofia ou a Religião, não constituindo, assim, uma “Psicologia”.

Um melhor esclarecimento sobre este “longo passado e curta história” pode ser obtido se nos reportamos à gênese do objeto da Psicologia, o “indivíduo”. Esta categoria, recente na história da huma-

nidade – a própria palavra surge somente no século XIV – implica, na famosa expressão de Mauss (1974), uma alteração da “categoria do espírito humano” presente no mundo feudal – a Pessoa, cuja identidade e significado decorriam de sua posição na comunidade, de seus laços de parentesco, do estamento em que se situava, da corporação de ofício ou feudo a que pertencia. Esta era, portanto, uma sociedade centrada nas relações, modelo denominado por Dumont (1985) como “sociedade hierárquica ou holista”, isto é, organizada a partir de uma configuração de valor que engloba em si todas as possíveis esferas de vida. Para Dumont, este é o modelo ainda presente nas sociedades orientais e que foi também hegemônico no ocidente até a idade moderna.

A “mudança” a que se refere Mauss, por outro lado, ocorre num contexto específico, o das grandes transformações ocorridas na sociedade ocidental entre os séculos XVI e XVIII. A riqueza desse período⁴ advém, dentre outras coisas, de seu caráter de transição: mantém-se a presença da tradição feudal num mundo em que a reforma Protestante quebra a univocidade da religião cristã e estabelece a liberdade de pensamento; em que se revoluciona a ciência, com Descartes ensinando o método da dúvida e da busca das representações claras e distintas; em que se estabelece o capitalismo como modo de produção, constituindo novas classes sociais, cuja base se situa na propriedade dos meios de produção. A todos esses movimentos adicionam-se ainda as revoluções políticas: nunca é demais frisar a importância, para o sucesso da empreitada capitalista, do ideário de liberdade e igualdade da Revolução Francesa. Assim, ao final deste longo processo de transformação, não temos mais pessoas presas às amarras das legislações corporativas e servis do mundo feudal, mas indivíduos “livres e iguais” para estabelecer contrato no mercado de trabalho.

Portanto, o surgimento desta nova categoria refere-se ao indivíduo enquanto ser moral, autônomo, senhor de sua consciência, de seu livre arbítrio, como assinala Dumont (1985). E neste contexto em que o

4. Este processo encontra-se mais detalhado em Jacó-Vilela, 1994.

indivíduo se autonomiza, o mundo também se fragmenta: não há mais uma única verdade – um único valor –, mas coexistem diferentes sistemas – religião, ciência, mercado... – cuja hierarquização deverá ser construída pelo próprio indivíduo.

A idade moderna – o mundo das sociedades ocidentais modernas – constitui-se assim com a fluidez⁵, o movimento, a fragmentação. E é neste processo que, no século XIX, a psicologia e as demais ciências sociais e humanas se autonomizam, ocupam lugares especializados como disciplinas específicas na esfera do saber.

Podemos, assim, falar de um certo descompasso do Brasil com o mundo ocidental. Enquanto o final do século XVIII europeu representa o triunfo do ideário liberal iluminista, quase ao fim do XIX no Brasil ainda há monarquia e escravidão. As idéias liberais aqui chegam, é claro, mas se encontram “fora do lugar”, na sintética e definidora expressão de Schwarz (1977).

Na maior parte do século XIX, o Brasil tem o *status* político de regime monárquico, com uma configuração de valor - representada pelo poder real, legitimada pela religião e caracterizada pelo senhor rural - hierárquica, totalizante, centrada nas diferenças de posição social, uma das mais dramáticas situando-se na escravidão⁶. Se a historiografia clássica nos conta de acontecimentos neste longo século – como a chegada da Corte portuguesa (1808), a Independência (1822), a abolição da escravatura (1888), a proclamação da República (1889) – estes não se refletem direta e imediatamente em alterações nos hábitos e costumes dos brasileiros de então.

O que poderíamos chamar de “idéias psicológicas” neste momento são as produções – principal-

mente do clero – sobre a *alma*, compreendida, na teologia aristotélico-tomista, como uma unidade entre corpo (animado) e alma (animante). Trata-se aqui, portanto, de uma superação do entendimento platônico do enclausuramento da alma no corpo.

Nesse sentido de substância “animante” do corpo, inteligente e capaz de sentir, racional, encarregada da formação de idéias, a alma adquire uma conotação divina. Através dela, cada indivíduo se torna semelhante a Deus e, assim, obtém sua autonomia⁷. Isto porque, se a alma é passiva nos processos perceptivos – porque depende dos órgãos corpóreos, pelos quais as sensações são captadas –, sua grande faculdade é a Vontade, que indica sua capacidade de arbitrar de acordo com uma moral que lhe é implícita.

Esta é, portanto, uma psicologia religiosa que, se produz formulações que hoje entendemos como próprias à Psicologia, situa-se nesse momento como parte da racionalidade filosófica.

Entretanto, os vários movimentos políticos do século XIX, tais como os citados acima, se fazem acompanhar por outros – também políticos, como as rebeliões que ocorrem em vários pontos do país ou, ainda, literários, como o romantismo e sua vertente nacional, o indigenismo. Além disto, com a transformação do mercantilismo em capitalismo industrial, faz-se necessária a construção de uma identidade nacional, a estruturação do Brasil enquanto nação no interior de um mundo que se tornava, então, internacional.

Há um aumento crescente de práticas “civilizatórias” após a chegada da Corte e, já em meados do século, pode-se dizer que o Estado imperial encontra-se consolidado, com várias “dimensões da experiência pessoal dos cidadãos [sendo] gerenciadas ou controladas direta-

5. Berman (1986) resgata uma expressão de Karl Marx em “O manifesto comunista”: para intitular livro em que descreve apaixonadamente a aventura da modernidade: “Tudo que é sólido desmancha no ar”.

6. O regime da escravatura redundará no realce que a temática da “raça” representará no pensamento intelectual brasileiro referente à construção da nação: como construir uma sociedade de “iguais”, como pregava o Iluminismo, se há uma “diferença” biológica básica, como garantiam as teorias raciais e o darwinismo social? Esta temática, embora próxima ao tema deste trabalho, não será desenvolvida aqui. Sugerimos, a respeito, o excelente trabalho de Lilia Schwarcz, “O Espetáculo das Raças”, 1993.

7. Ao analisar a gênese do individualismo presente nas sociedades ocidentais modernas, Dumont (1985) aponta a importância do transcendentalismo desse “indivíduo-em-relação-a-Deus” que se concretiza na igualdade entre as almas (somos todos iguais em Cristo).

mente pelo aparelho estatal” (Massimi, 1990, p. 29), através da constituição de órgãos oficiais de transmissão e elaboração do conhecimento, por meio dos quais serão efetivadas inúmeras iniciativas para o conhecimento demográfico, cartográfico e histórico do país, dos quais é paradigmática a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838).

Assim, é possível o surgimento de uma classe média intelectualizada (a chamada Geração de 70), orientando seus discursos com as palavras de ordem abolição, república e democracia (Herschmann e Pereira, 1994, p. 22). Embora represente um segmento ínfimo da população, este grupo, por suas origens de classe e pela valorização que o “letrado” sempre teve na realidade brasileiro, propicia o surgimento de um projeto igualitário, ao mesmo tempo que se mantém o modelo hierárquico de sociedade.

Por outro lado, é possível detectar neste período novas maneiras de interpretar a vida brasileira, tendo como ponto comum “a idéia de ciência”, como diz Dante Moreira Leite em sua clássica obra sobre a construção social da identidade brasileira (“O Caráter Nacional Brasileiro” [1954]1969). Nesta, disseca os vieses manipulatórios de teorias e conceitos que, apresentando-se como traços psicológicos do brasileiro e sendo decorrentes de investigações científicas, encobrem interesses dominantes presentes a cada momento de nossa história. Ao explicitar o cientificismo Oitocentista, Leite fala que a popularização e prestígio da ciência decorrem muito mais da tecnologia científica – sua eficiência e utilidade – o que, juntamente com o evolucionismo de Darwin, propicia a tentativa de “transposição [dos] métodos [da ciência] para o estudo do homem” (p.179).

Assim, a busca do controle do comportamento humano, até então restrita à pregação moral do clero, encontra outra saída: se o homem pouco se distingue dos outros animais,

“os processos utilizados para o estudo biológico serviriam também para o estudo psicológico e sociológico. Daí uma vasta literatura, não de ciência propriamente, mas de divulgação ou de especulação científica cujo principal objetivo era uma explicação elementarista do homem e da sociedade. (...) foi essa literatura de divulgação que se difundiu no Brasil e é ela que, em grande parte, explica o uso – e o abuso – do conceito de ciência (...). Como para os autores europeus que imitavam, ciência era freqüentemente uma palavra prestigiosa, capaz de garantir a verdade do que afirmavam. Outras vezes era um programa que se propunham, embora não tivessem recursos para cumpri-lo” (Leite, 1969, p. 180, grifo do autor).

Vários elementos aqui se juntam, portanto: uma geração de intelectuais com menor vínculo com os grandes proprietários de terras, a oligarquia agro-exportadora; a presença das idéias liberais; a divulgação do conhecimento científico. Este último ponto, como a citação de Dante Moreira Leite acima já indica, não é de menor importância: pode-se entender o cientificismo oitocentista como elevando a ciência à posição ocupada anteriormente pela cosmologia e filosofia religiosas, convertendo-a em uma nova metafísica. Assim, por exemplo, é possível a Comte, em sua Lei dos Três Estados, atribuir a hegemonia – que entendia ser exercida nos estados anteriores pela Teologia e pela Metafísica – agora, no terceiro estado, à ciência.

É importante esclarecer que Comte não está sendo aqui mencionado arbitrariamente, tal qual Pilatos no Credo. A par de sua relevância no movimento filosófico do século XIX, é reconhecido o papel do ideário positivista na propagação entre nós do paradigma de ciência e de organização social que se tornou dominante⁸.

8. O positivismo está mais presente na Psicologia em sua vertente cientificista. Entretanto, seu papel, como modelo de organização social, está constantemente presente nas análises sobre a história do Brasil, onde se realça sua importância nas transformações pelas quais passou o país das últimas décadas do século passado até as primeiras deste século, período em que, por sua vez, a “Psicologia científica” inicia sua constituição entre nós (ver, a respeito, Carvalho, 1998).

No caso do Brasil, este processo de hegemonização da ciência recebe um grande suporte com a chegada do positivismo. No movimento das idéias psicológicas podemos então apontar um segundo tempo, um tempo do organismo, um discurso do corpo (Keide e Jacó-Vilela, 1999): a alma é progressivamente objetivada, torna-se objeto da ciência.

Já em 1838, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Domingos Marinho de Azevedo Americano apresentava uma tese sobre frenologia, a doutrina criada por Gall ao final do século XVIII que procurava estabelecer a localização cerebral das diferentes faculdades humanas:

“para cada faculdade especial, para cada instinto primitivo, para cada sentimento particular, há no cérebro um órgão próprio, uma circunvolução que, pela sua proeminência, se revela na forma exterior do crânio” (Gonçalves de Magalhães, conforme citado por Keide e Jacó-Vilela, 1999, p. 274).

Com o prestígio das ciências naturais e o evolucionismo de Darwin, o homem pode ser estudado como um organismo, da mesma forma que os outros seres vivos. Perde-se assim a unidade entre corpo e alma; esta deve ser conhecida através daquele, principalmente através da fisiologia do cérebro, órgão onde se localizam as propriedades e funções da alma.

Como a ciência implica em regularidades mensuráveis, o conhecimento não é mais produto da auto-reflexão, do voltar-se da alma para si mesma. O que se conhece são os produtos de um funcionamento interno que, ele próprio, não pode ser percebido, só sendo então conhecido pelo outro, através de mensurações.

Se as produções sobre a alma advêm principalmente do clero, a nova ciência é uma construção dos médicos, normalmente filhos de grandes latifundiários, com algum tipo de formação na Europa – inicialmente, principalmente na França – de onde voltam imbuí-

dos de “um bando de idéias novas” (Silvio Romero, conforme citado por Schwarcz, 1993, p. 24).

São principalmente eles os “especialistas” que vêm ocupar o lugar dos literatos. Se a Geração de 70 havia iniciado o entusiasmo pela ciência e, com ele, o interesse pela construção da nacionalidade, agora representa algo ultrapassado. Ciência significa progresso, evolução, mudança. Os médicos – entre outros especialistas, como os engenheiros – se dirigem à transformação da cidade, para o que é necessário a análise científica das condições de vida – a higiene, a qualidade das habitações, as situações familiares – ou seja, não mais o devaneio filosófico/religioso sobre aqueles a quem as normas de uma vida saudável e útil devem ser aplicadas, mas a investigação positiva e mensurável da concretude de suas vidas.

Começamos assim a constituir a “Psicologia Científica”, que brevemente irá apresentar os laboratórios, os testes. Entretanto, a psicologia religiosa, aparentemente derrotada no jogo de forças ocorrido no século XIX, reaparece de forma nítida ao final da República Velha, com a criação do Centro Dom Vital⁹, instituição que reunia intelectuais católicos interessados em recuperar e ampliar o espaço de influência da Igreja, entendido como diminuído em função da ofensiva causada pelos avanços da ciência.

Um dos primeiros atingidos por este movimento de “contra-reforma” será o recém-criado “Instituto de Psicologia”, órgão do Ministério da Saúde que substituiu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Planejado por Waclaw Radecki¹⁰ como uma instituição em que, a par das atividades técnicas que ocorriam no Laboratório, se desenvolvesse um curso de formação de “psicólogos profissionais” com duração de quatro anos, o Instituto é criado em 1932. Dura somente sete meses.

São várias as possíveis causas de seu fechamento. Uma delas é a pressão católica (Centofanti, 1982, p. 24-26), bem representada pelas intervenções de Alceu Amoroso Lima (1932) que, utilizando-se da revista “A Ordem”, órgão de divulgação do Centro

9. Instituição leiga criada por intelectuais católicos no Rio de Janeiro, com o incentivo do Cardeal Dom Jaime Câmara, como “reação católica” à materialização do mundo e à perda de espaços pela Igreja Católica.

10. Radecki, psicólogo polonês, com formação em Varsóvia e em Genebra, onde foi assistente de Claparède, organizou e dirigiu o Laboratório de Psicologia. Após a desativação do Instituto de Psicologia, saiu do Brasil com destino ao Uruguai, onde criou o curso de Psicologia e veio a falecer nos anos 50.

Dom Vital, clama contra a abertura do Governo Vargas, em artigo exemplarmente intitulado "O Instituto Oficial de Psicologia". De acordo com sua análise, o Instituto representa a introdução de uma "filosofia nova" no seio de nossa sociedade cristã, por "arautos do comunismo e do soviétismo", ambicionando criar uma "escola brasileira de Psicologia" que, além de tudo, ficaria "sob a chefia de um técnico estrangeiro".

Xenofobia à parte, Amoroso Lima está defendendo uma "psicologia" contra a oficialização da transmissão da "Psicologia Científica"; ou seja, encontramos aqui na presença de um discurso que, numa análise de superfície, entenderíamos que havia sido derrotado há mais de meio século.

Esta pequena demonstração da permanência do discurso da alma não é gratuita. Através dela, retomamos o início deste artigo, quando falávamos da importância da história. Ela nos mostra reviravoltas, retornos, permanências insuspeitas, ou seja, impede aquilo que é facultado pelo seu desconhecimento: o consumo de "novidades". Isto aparece muitas vezes em nossa atualidade, em que nos empanturram de novas descobertas que muitas vezes nada mais são que reatualizações, com linguagem midiática, de velhas regras de pensar/sentir/experienciar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1991). *A condição humana*. São Paulo: Forense.
- Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M. (1998). *A formação das almas: O imaginário republicano no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a psicologia no Brasil. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 1, 3-50.
- Châtelet, F. (1974.) A história. Em F. Châtelet (org.), *A filosofia das ciências sociais* (pp.193-220). Rio de Janeiro: Zahar.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. São Paulo: Rocco.
- Frisch, M.; Thompson, A. e Hamilton, P. (1996). Os debates sobre memória e história: Alguns aspectos internacionais. Em M. M. Ferreira e J. Amado, *Usos e abusos da história oral* (pp. 65-91). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Herschmann, M. M. e Pereira, C. A. M. (orgs.). (1994). *A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Jacó-Vilela, A. M. (1994). Livre como os pássaros: O indivíduo na modernidade. *Cadernos de Psicologia*, 2, 516.
- Keide, R. e Jacó-Vilela, A. M. (1999). "Mens in corpore": O positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil. Em A. M. Jacó-Vilela; H. C. Rodrigues e F. Jabur. *Clio-Psyché: Histórias da psicologia no Brasil* (pp.261-280). Rio de Janeiro: Nape.
- Leite, D. M. (1969). *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira.
- Lima, A. A. (1932). O Instituto Oficial de Psicologia. *A Ordem*, Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, 13 (6), 401-407.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira - Da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.
- Mauss, M. (1974). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Penna, A. G. (1980). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarz, R. (1977). As idéias fora do lugar. Em R. Schwarz, *Ao vencedor as batatas* (pp.13-28). São Paulo: Duas Cidades.
- Stengers, I. (1990). *Quem tem medo da ciência?: Ciência e poderes*. São Paulo: Siciliano.
- Thomae, H. (1998). Abordagem social: O surgimento da psicologia científica como disciplina independente. Em J. Brozek e M. Massimi (orgs.), *Historiografia da psicologia moderna* (pp.375-387). (J. A. Ceschin e P. J. Carvalho da Silva, Trads.). São Paulo: Editora Loyola.

Recebido em: 30/10/99

Aceito em: 24/10/00